

Quarta-Feira, 03 de Junho de 2026

Relatório mostra que Aneel já sabia do risco de novos apagões em SP

CRISE ELÉTRICA

Metrópoles

Um relatório de fiscalização elaborado pela [Agência Nacional de Energia Elétrica](#) (Aneel) feito em junho deste ano já alertava sobre a possibilidade de um [apagão](#) em São Paulo por falta de medidas da [Enel](#), concessionária responsável pelo abastecimento elétrico na cidade.

O documento obtido pela coluna alertava que as medidas tomadas pela Enel após um apagão em novembro de 2023 eram insuficientes para evitar novas quedas de energia generalizadas na cidade durante o período chuvoso.

No relatório, a Aneel determinou que a Enel tomasse “ações preventivas antes do próximo período chuvoso, a fim de evitar novas interrupções no fornecimento de energia”.

“Diante do risco elevado de ocorrerem novos eventos climáticos severos na área de concessão da ENEL SP, é imperativo que as ações de melhoria da continuidade do fornecimento, principalmente aquelas de caráter preventivo, sejam concluídas antes do próximo período chuvoso”, diz um trecho do documento.

Uma das medidas que o relatório técnico da agência recomenda foi a elaboração de um plano de contingência para revisar os protocolos preventivo, considerando chuva e vento.

Outra ação prevista no relatório é a contratação de 1.168 eletricitas até 2025 para agilizar o atendimento aos clientes e proporcionar melhorias no tempo médio de atendimento.

O documento também determinou que a Enel fizesse parcerias com órgãos públicos, como a Defesa Civil, Bombeiros e [Companhia de Engenharia de Tráfego](#). A parceria visava remover árvores de grande porte na cidade.

Veja as medidas recomendadas:

* Internalização de eletricitas: contratação de 1.168 eletricitas até 2025 para agilizar o atendimento aos clientes

* Melhorias no Tempo Médio de Atendimento (TMA): implementação de chatbot, plataforma eCallback, otimização do sistema OMS e treinamento de equipes

* Redução de interrupções acima de 24 horas: monitoramento de ocorrências, automações no sistema OMS, célula de gestão descentralizada e dashboards com indicadores em tempo real.

* Parcerias com órgãos públicos: colaboração com Defesa Civil, Bombeiros e CET para remoção de árvores de grande porte.

* Plano de contingência: revisão dos protocolos de pré-alerta, considerando chuva e vento.

* Projetos piloto para resiliência da rede: investimentos em novas interconexões, componentes de rede protegidos, automação e mapeamento de árvores.

* Inspeções aéreas: utilização de helicópteros e drones para identificar defeitos e pontos de aquecimento na rede.

* Planejamento de manutenção e podas: aumento das ações de manutenção e poda no segundo semestre de 2024.

Promessa de ministro e falta de processo

O relatório técnico de fiscalização é a primeira etapa na abertura de um processo de caducidade, que pode encerrar o contrato de concessão com a Enel e tem de ser aberto pela Aneel.

A possibilidade veio após o primeiro apagão na cidade, em novembro de 2023. O ministro de Minas e Energia, [Alexandre Silveira](#), inclusive, chegou a prometer que o processo seria instaurado no dia 1º de abril, mas isso não aconteceu.

Na ocasião, Silveira escreveu em suas redes sociais que o processo teria o objetivo de “averiguar as falhas e transgressões da concessionária em relação as suas obrigações contratuais e prestação de serviço”.

“O processo será feito com maior rigor, garantindo a ampla defesa, podendo acarretar, inclusive, a caducidade. Trabalhamos com afinco para garantir à população, a qualidade dos serviços de energia”, disse o ministro em rede social.

A coluna procurou a Aneel e a assessoria do Ministério de Minas e Energia, mas ainda não obteve retorno. O espaço segue aberto eventuais manifestações.